

O ocaso dos estruturalismos e o momento contemporâneo — rearrumações do campo teórico da literatura

ANDRÉ LUIZ BARROS DA SILVA *

RESUMO: No debate sobre a chamada Teoria, partimos do momento de ocaso dos estruturalismos. É quando Derrida flagra a tendência abstratizante na busca de uma “geometria” subjacente ao texto literário. Aponta a obsessão em extrair estruturas (subjacentes) que explicariam o impacto (a beleza) da obra. As obras de Bakhtin e Foucault se sintonizavam ao momento, incorporando a pragmática dos discursos (polemizando com a linguística pragmática). Deleuze e Guattari propõem conceitos que misturam os planos político-corporal e abstrato, trazendo nova concretude. Deslocam o foco da teoria do nível conceitual (agora questionado) a um nível concreto e perceptivo, onde localizam a produção de sentido da literatura no impacto do signo na subjetividade em transformação.

PALAVRAS-CHAVE: Deleuze; Derrida; Pós-estruturalismo; Teoria da Literatura.

ABSTRACT: In the debate about the so called Theory, we begin from the moment of the decay of the structuralisms. This moment is when Derrida catches the abstracting tendency in the quest of an underlying “geometry” of the literary text. He points out the obsession to extract structures (subjacent) that should explain the impact (the Beauty) of the artwork. Bakhtin’s and Foucault’s oeuvres were tuned in to the moment, incorporating the pragmatics of discourses (controversially debating with pragmatistical linguistics). Deleuze and Guattari would propose concepts that mixed the political-bodily and abstract domains, bringing up something new and concrete. They help to displace the focus of the theory from the conceptual level (now contested) towards a concrete and perceptive one, where they situate the literary production of sense in the impact of the sign on the subjectivity in transformation.

KEYWORDS: Deleuze; Derrida; Post-Structuralism; Theory of Literature.

* Departamento de Letras – Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP/Guarulhos – 20550-900 – Guarulhos – SP – Brasil. E-mail: alb2.barros@gmail.com

O ocaso do estruturalismo como tendência geral não unificada, mas de inegável alcance cultural e acadêmico no mundo todo, a partir dos anos 1950 e pelos anos 60 e 70 adentro, parece-nos momento crucial de transformação do campo teórico da literatura até hoje, com repercussões nem sempre vislumbradas. A nosso ver, a ponto mesmo de vivermos, até hoje, no campo da teoria da literatura, os desdobramentos daquele ocaso. A tensão (talvez irresolúvel) entre certa reflexão nos campos da teoria da literatura e da linguística (que nos estruturalismos se entrelaçavam¹) ainda parece capaz de trazer lições sobre âmbitos que escaparam dos teóricos da tradição formalista². Isso acabou por recolocar a obra literária num *locus* teórico abstrato, de onde, paradoxalmente, o próprio formalismo tentara retirá-la ao insistir na atenção à materialidade linguística, incluindo a relação da escrita/língua com a fala. Muitos teóricos do campo estruturalista (que, mesmo não se unificando, decerto partilhavam uma tendência geral abstratizante) acabam por se afastar do interesse na relação contingente e concreta entre obra e leitor, obra e autor, autor e leitor etc., para se debruçar no suposto “esqueleto inconsciente”³ de onde emanaria o sentido a partir de um suposto inconsciente do texto (inconsciente ao próprio autor, é claro), ou dos textos em liame intertextual, numa visão mais histórica e cultural ampla. O que se tem apelidado como momento em que a teoria da literatura ganhou uma espécie de nova arrogância injustificável, a ponto de se a apelidarem de Teoria com “T” maiúsculo, participa das consequências e do espólio da ambição estruturalista de explicação do campo simbólico-cultural (de toda e qualquer cultura, de toda e qualquer linguagem culturalmente organizada!) como entrelaçamento de estruturas, bem como do “segredo subjacente” da obra literária – também sua estruturação. Aí está a justificativa de uma reavaliação cuidadosa e paciente dessa passagem para um pós-estruturalismo que, ele também, tem dificuldades de lidar tanto com sua herança, quanto com seus impasses no presente.

O liame intertextual citado acima pode ser visto como o modo como os estruturalistas nomeavam a tensão inescapável dos laços históricos sub-reptícios a qualquer obra literária, laços legados pela tradição. Mais do que sintagmas ou fragmentos a se repetirem e balizarem as produções poéticas em diferentes momentos da história, com ecos inesperados mas rastreáveis nas recepções em camadas (interesse da hermenêutica da recepção, que sucederá ao estruturalismo), os estruturalistas se interessavam por esqueletos de paradigmas, logicamente articulados, que pertenceriam a um arcabouço formal de oposições e estruturações possíveis que a língua (não histórica, mas sincrônica a cada momento) sustenta. A rede lógica e diagramática seria a essência ou o próprio ser do texto, a governá-lo de um *locus* só acessível

¹ Uma vez que não se trata de movimento assumido (e nomeado) como tal, não tendo se unificado nem se centralizado, talvez seja melhor falar em estruturalismos, no plural.

² Em outras palavras, os estruturalismos partilhavam o interesse por estruturas sub-reptícias a direcionar a leitura, uma prática que acabou desviando o olhar do crítico ou do teórico do fenômeno concreto, a um tempo individual, consciente (e não apenas inconsciente), social e histórico, da relação da obra com o leitor. Não por acaso as leituras fenomenológicas, de R. Ingarden a H.R. Jauss e W. Iser, atrairão um interesse irresistível no meio acadêmico durante mais de uma década – os planos da consciência e do fenomênico tendo sido abandonados em prol da abstração centrada na linguística de linhagem saussuriana.

³ A metáfora é nossa.

pela via de um recenseamento de suas oposições formais internas, únicas a franquearem o tal “esqueleto” ainda invisível – ou somente vislumbrável por meio da pesquisa de cunho científico, tendo o par língua/fala (escrita) como base linguística mínima. Como se sabe, a antropologia e a psicanálise formaram, com a linguística, a trinca das ciências que caracterizariam certa “natureza humana” alicerçada na linguagem. Elas conseguiriam provar que a geração e a dinâmica da linguagem – inclusive a literária – vigem e emanam de uma região supra ou sub fenomênica, visível apenas por meio da metodologia que essas mesmas ciências disponibilizariam. O poder que os estruturalismos se auto-outorgavam fica nítido.

A análise acurada de como o resistente e persuasivo tecido teórico que sustentara esse projeto começa a se esgarçar nos parece importante até hoje, e por isso voltamos, por exemplo, a um momento em que Derrida se lança numa reavaliação do campo, sem deixar de admitir a contribuição incontornável da concepção que, a princípio, ancorou-se na perspectiva da antropologia estrutural. Estratégico, o autor francês, de formação filosófica e num esforço de teórico da escrita (a literária sendo apenas um de seus tipos), toma para si a tarefa de escavar os pressupostos da própria antropologia e de seus antepassados em campos de saber distintos (Rousseau entre eles), a fim de captar em que tal via, sem dúvida tão frutífera durante algumas décadas, recai em armadilhas essencialistas que ela mesma tentara neutralizar, para Derrida, sem sucesso. Reconhece-se, aí, o estilo derridiano de tentar auscultar os cantos onde os velhos vícios abstratizantes e centralizadores da metafísica ocidental insidiosamente impingem sua influência. Leiamos alguns de seus textos da época sob esse prisma. Já desde a segunda nota de pé de página do ensaio “Força e significação”, o primeiro de *A escritura e a diferença*, antecipa onde pretende chegar:

a escolha dessa palavra é, a princípio, um conjunto [...] de exclusões. Saber por que se diz “estrutura” é saber por que se quer cessar de dizer *eidos*, “essência”, “forma”, *Gestalt*, “conjunto” [...], “totalidade”, “Ideia”, “organismo”, “estado”, “sistema” etc. É preciso compreender por que cada uma dessas palavras se revelou insuficiente, mas também por que a noção de estrutura continua a lhes pedir emprestado alguma significação implícita e de se deixar habitar por elas (DERRIDA, 1967, p. 10).

Vê-se que o autor reconhece nos estruturalismos o esforço, dir-se-ia já titânico, de esvaziamento de tais modelos referenciais abstratos da tradição filosófica, a partir mesmo do foco no nome e no conceito, que não são programáticos, mas são aceitos como rotulagem. Ao final, aponta o limite da escola estruturalista⁴ em promover tal desejado esvaziamento. Aponta, portanto, para uma recaída ou uma armadilha autoimpingida não prevista. Se citamos o primeiro ensaio desse livro de certo modo inaugural a um só tempo da trajetória de Derrida e da crítica mais acerba aos estruturalismos, citemos agora o último, o também famoso “A

⁴ Como já destacamos (e como o próprio Lévi-Strauss disse, alguns anos depois da voga estruturalista), a qualquer referência a supostos movimento ou escola com tal rótulo deve sempre ser acrescentada a ideia de que ele não se admitiu como tal, em sua época nem nos momentos seguintes. E, no entanto, houve um “momento dos estruturalismos”, a atravessar as três ciências já citadas (linguística, psicanálise e antropologia), mas não só elas (os ecos na filosofia, na teoria da literatura, na teoria da comunicação, na matemática etc. foram flagrantes).

estrutura, o signo e o jogo”, onde parece se concluir esse primeiro ciclo de reflexão sobre os limites da escola que dominava os debates da época. Ao criticar o próprio conceito de signo, com seu par constitutivo saussuriano, significante/significado, ele aponta para o fato de que tal par parece se justapor, sem que os próprios utilizadores dele percebam, ao par sensível/inteligível, que Lévi-Strauss quis ultrapassar, como mostra a citação no prefácio de *O cru e o cozido*. No início do ensaio, Derrida parece criticar o fato de os estruturalismos acabarem recaindo na obsessão ocidental por uma centralidade a comandar a sistematicidade sem origem nem destino (*telos*) da estrutura. Ou seja, mesmo depois que tal conceito, certamente moderno, de estrutura viera para pôr em cheque uma lista de conceitos com gosto pré-moderno, como essência, existência, substância, origem, destino, consciência, Deus, homem etc., ele não teria conseguido desfazer essa busca da centralidade direcionadora (pensemos que, no campo da crítica literária, a própria busca de uma teia sub-reptícia a comandar os sentidos – mesmo que variados – do texto literário se aproxima da crença num alicerce centralizado único, que cabe ao crítico extrair de sua leitura das entranhas – estruturas – do texto).

A localização que Derrida faz da virada que a etnologia propiciou exatamente por se constituir em “ciência da alteridade cultural” e, assim, tentar deslocar a centralidade autotélica típica do Ocidente é um sintoma do que virá. Depois de localizar na obra de Lévi-Strauss o esforço de uma radical deriva rumo ao deslocamento da obsessão não admitida de centralização, o autor acaba por descrever um perigo no seio da etnologia. Trata-se do perigo, que o próprio Derrida apontara na segunda parte de seu *Da gramatologia* – lançado antes e no mesmo ano de *A escritura e a diferença* –, do fascínio ou mesmo da melancolia (como ele nomeia) incluída na visada que a antropologia, mesmo a de Lévi-Strauss, muitas vezes demonstrava ao se voltar para as origens (da sociedade, em Rousseau) com a esperança não admitida de flagrar uma espécie de arquiestrutura, ou seja, uma estrutura a alicerçar todas as outras – e seria nesse momento que a obsessão pela centralidade retornaria, mesmo que de forma indesejada.

A outra via, menos afeita a recaídas, seria a da concepção do jogo como englobando todos os níveis e todas as dinâmicas estruturações da linguagem, com potencial de movê-las, de deslocá-las, não a partir de algum centro, nem de algum começo. Essa concepção, que teria vindo de Nietzsche, veria a linguagem, bem como as estruturações simbólicas que dela derivam (os mitos sendo as que Lévi-Strauss analisou de forma a se aproximar mais peremptoriamente dessa concepção), de um jogo sem centro nem início; o qual, portanto, deve ser flagrado a partir de algum ponto escolhido arbitrariamente, escolha cujas próprias repercussões de sentido não nasceriam de um eixo, mas se irradiariam a partir, por e para todos os lados. O conceito de risco ou de acaso desempenha, nessa última concepção, um papel de destaque, como não poderia deixar de ser.

Essa concepção se deixa ler no primeiro ensaio em um trecho como este:

[*Escrever*] É também não poder fazer preceder, de forma nenhuma, a escrita por seu sentido. [...] O sentido deve esperar ser dito ou escrito para se habitar, ele mesmo, e se tornar o que a diferir de si mesmo ele é: o sentido. [...] É por ser *inaugural* que a escrita é perigosa e angustiante. Ela não sabe onde vai, nenhuma

sabedoria a resguarda dessa precipitação essencial rumo ao sentido que ela constitui e que é, a princípio, seu futuro. [...] Portanto, não há segurança contra esse risco (DERRIDA, 1967, p. 21-22 – grifo do autor).

Em certo momento, Derrida deixa entrever sua filiação propriamente nietzschiana, relacionando a Beleza, ou mesmo o sublime – na discussão que o francês estabelece com noções pré-século XVIII mas que foram apropriadas por Kant na virada rumo à modernidade – com a força exercida no tempo (a historicidade desprezada pelo estruturalismo de Jean Rousset, criticado no ensaio). Tal força ou intensidade na duração é, então, aproximada do par grego mitológico e, desde Nietzsche, também filosófico Apolo-Dioniso. Este último deus nomeia o polo positivado, restando ao conceito de estrutura a posição de uma abstração estática a sustentar a centralidade e a harmonia interna (ou sub-reptícia) da obra. Derrida demonstra que uma espécie de fetichismo da estrutura – patente em certa corrente estruturalista – transforma as oposições internas que a língua/escrita supostamente estabelece impessoalmente, por meio da atuação consciente/inconsciente do autor, em uma idealidade da perfeição geométrica. Veja-se que, por mais que os sentidos possam ser escritos no plural, como ecos de uma produção dinâmica, a unidade ideal subjaz, como figura da perfeição a irradiar aquela produção (a crítica de Derrida a Rousset no sentido de ter localizado a estrutura perfeita da obra de Corneille na peça *Polyeucte*, relacionando todas as outras obras suas àquela como meros esforços em prol de um topo ideal, nos parece bastante percuciente).

Em estilo irônico, Derrida chega a aproximar tal gesto estruturalista da abstração típica da Idade Média:

A menos que Rousset considere que toda [...] forma espacial [...] é bela *a priori*, [...] que julgue, como fazia certa teologia da Idade Média [...] que a forma é transcendentemente bela, apenas por ser e fazer ser e porque o Ser é Belo... (DERRIDA, 1967, p. 35).

No quadro de mentalidade da época, as obras menores de um autor seriam “monstros”, com algumas linhas a se aproximar da Beleza da obra maior, aquela que portaria sua “gramática essencial” própria, e só por isso seriam valorizáveis.

Deleuze e Guattari contra o perigo de abstração e de reterritorialização trazido pelos estruturalismos

Se nesse texto que marcou época Derrida alicerça conceitualmente sua crítica aguda aos estruturalismos (em teoria da literatura, a partir do estruturalismo de Rousset e, em antropologia, do de Lévi-Strauss), a dupla Deleuze e Guattari traz a seu plano de pensamento conceitos como o de intensidade em um deslocamento reflexivo a propor outras vias de acesso a um pensamento da obra literária, que passa a ser vista, por um lado, como produto de um ato de criação com consequências para além do imaginário e do simbólico (planos que seriam descolados da vida, considerada numa imanência nunca confundível com planos

outros de abstração estéril) e, por outro, como objeto de fruição com consequências não apenas imaginárias e simbólicas no leitor (os perceptos e afectos remeteriam a um limiar do vivido⁵). Se o Derrida dos primeiros anos se aproximou de uma concepção extraída de Maurice Blanchot a fim de definir o ato da escrita a partir de um esvaziamento do sujeito-autor e, portanto, de uma valorização da força impessoal (diferencial e dionisíaca) para além de qualquer humanismo redivivo, a partir de seu *Mil platôs* (1980), Deleuze e Guattari tentam partir dessa mesmíssima linhagem (com a qual Deleuze já se sintonizava desde seu *Diferença e repetição*, de 1968), e chegam a reconhecer em Lévi-Strauss uma via de escape para o par significante/significado, visto como potencialmente despótico, ao favorecer a centralização e a unificação dos possíveis sentidos destoantes. “Estamos na situação descrita por Lévi-Strauss: o mundo começou por significar antes que se soubesse *o que* ele significava”, parafraseiam os autores, referindo-se ao prefácio “Introduction à l’œuvre de Marcel Mauss” (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 62). Por outro lado, descrevem a “descoberta” da linguística e dos estruturalismos segundo a qual o simbólico (o plano da linguagem e da cultura humanas organizado estruturalmente) estabeleceria uma “natureza oculta e abstrata”, em que os signos remetem uns aos outros indefinidamente com sistematicidade própria, autônoma e supraindividual, tudo isso sem ancoragem no mundo material-empírico.

Eles defendem a ideia de que tanto a forma centralizadora (paranoica), quanto a deslizante (histérica) dessa remissão de signo a signo (como em cadeias ou espirais infinitas e sem exterioridade) são intrinsecamente estéreis no que toca à transformação que as intensidades (certamente dionisíacas, não só no sentido de Derrida) poderiam promover. (Perceba-se que a filosofia da dupla de autores traz à baila uma dinâmica a incluir conceitos que fogem da tradição filosófica, como o de intensidade, que, obviamente, é abstrato o bastante – no sentido deleuziano – para remeter a um plano sub-reptício ao do signo, tão caro aos estruturalismos.). Tal remissão de signo a signo sem dúvida constitui uma força desterritorializadora (para usar um conceito deles), porém na prática social ela logo recai numa reterritorialização a partir de um ponto de convergência, o conceito de *visaigété* (rostidade, a partir de *visage*, “rosto”). Trata-se de conceito forte, um exemplo entre outros, na obra de Deleuze, de como a cultura impõe um peso de reterritorialização (e de centralização) diante de uma dinâmica outra, a da intensidade ou a dos fluxos.

Logo se nota que os avanços reconhecidos nos estruturalismos que desposaram a linguística, inclusive o representado pela concepção da linguagem como inexoravelmente impessoal, fincada no inconsciente – e mesmo o que partia do isolamento blanchotiano de um não sujeito que desaparece na e pela escrita –, se em sua espécie singular de fetichização do plano abstrato já favorece ao retorno dos pares metafísicos (para usar a conceituação de Derrida), acabam sendo recapturados por modos de recentralização (reterritorialização, reinstituição) que se ancoram também no nível pragmático-concreto (social e discursivo, diriam, em uníssono, Bakhtin e Foucault), bem como político e corporal. A escolha da rostidade como conceito já demonstra o esforço de Deleuze e de Guattari de não se descolarem de uma visão lastreada pelo nível das práticas sociais, ou seja, de não conceber o nível sígnico,

⁵ É o que fica claro logo no começo do capítulo 7 do último livro de Deleuze e Guattari, *O que é a filosofia?*

ou mesmo o da escrita, como estando (fetichizadamente) separado do (ou essencializado em relação ao) nível das trocas corporais e intersubjetivas concretas. Como se sabe, no que toca a Deleuze e Guattari, há um ponto em que a análise do impacto (intensidade) do signo tanto na dinâmica da linguagem ou da arte quanto na seara política flertam (nada mais, nada menos do que) com a etologia. Especificamente no caso da rostidade, é nítida a dimensão político-corporal:

O significante é sempre rostificado. A rostidade reina materialmente sobre todo esse conjunto de significâncias e de interpretações (os psicólogos escreveram bastante acerca das relações do bebê com o rosto da mãe; os sociólogos, acerca do papel do rosto nos *mass-media* ou na publicidade). O deus-déspota nunca escondeu seu rosto, ao contrário: criou para si um e mesmo vários. [...] O sacerdote manipula o rosto de deus. Tudo é público no rosto do déspota, e tudo o que é público o é pelo rosto (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 66).

A dupla de autores tenta desfazer um pressuposto central e importantíssimo para várias das linguísticas, tanto a de linhagem francesa (Saussure, Benveniste), quanto a anglo-saxã (de Peirce a Austin e Chomsky): um conceito abstrato e uno de língua. Apontemos aqui tão somente que a crítica certamente toca no nível material-corporal e político apontado há pouco, o que acaba contaminando pensadores estruturalistas da época, como o próprio Barthes ao escrever sua *Aula*, onde se lê que a língua tem um aspecto fascista – isso já em 1977, época em que as obras de Derrida e de Deleuze e Guattari já tinham repercutido amplamente como crítica ao afastamento que os estruturalistas tinham tomado em relação às imanências (políticas, corporais, pragmáticas etc.). Mas essa crítica chega até a proposta de um olhar para a produtividade diferenciadora das “línguas menores” (dialetais) no seio da pretensa “língua-mãe”, essa última abandonada como potência em seu plano por demais abstrato. Trata-se do esforço de pensar a língua não a partir do resultado centralizador (reterritorializador) que a semiótica da rostidade engendra, mas a partir das microproduções múltiplas e sem centro, que deságuam na ou, menos frequentemente, escapam da “arborescência” (ou seja, da hierarquização centralizadora, segundo o conceito de árvore dos dois autores).

A unidade de uma língua é, antes de tudo, política. Não existe língua-mãe, e sim tomada de poder por uma língua dominante, que ora avança sobre uma grande frente, ora se abate simultaneamente sobre centros diversos (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 46).

Um dos sintomas de que o próprio campo da linguística se transformava e começava a rechaçar a tendência à abstratização do par língua/fala será o aumento do prestígio de um conceito vindo do campo acadêmico anglo-saxão, o de ato de fala, de John L. Austin, com os desdobramentos ligados, por exemplo, à polêmica entre Derrida e Searle. Trata-se de perceber essa virada como expressão da necessidade de relançar a reflexão da linguagem no campo do concreto, do corporal e do social. Mas essa não era, exatamente, a postura que se via na obra de M. Bakhtin, um crítico pertinaz da mesma tendência desde os anos do formalismo russo e eslavo? E não seria a via por onde um Foucault, pelo flanco francês, forjaria

o conceito de discurso, vendo nele o modo sócio-histórico de embate entre perspectivas plurais, pluriequívocas e, portanto, dialógicas (para usar o conceito de Bakhtin que toca no mesmo aspecto destacado acima por Derrida – o do risco)?

Os conceitos de discurso (em ambos), assim como o de dialogismo (em Bakhtin), se bem entendidos, remetem inexoravelmente a um entendimento da enunciação como portadora de um risco no aqui-agora do embate entre polos singulares e produtores de diferença imprevisível para os próprios partícipes do jogo da linguagem (e, por isso, arriscada). Para ambos, enunciar e dialogar (enunciar já sendo dialogar a partir de uma perspectiva singular) significa engajar-se numa espécie de *performance* corporal e vocal que inclui o pré-racional ou o pré-linguístico, as posturas dos corpos, os ares mutáveis dos rostos, as expectativas não ditas, os medos, os afetos, as gagueiras, as pausas estranhas e não previstas, os suspiros, os gemidos, as reações ao que se ouve, sente e vê, em suma, todo um campo que escapa completamente à linguística, mas que é fundamental no desenrolar de uma fala ou de um diálogo (quando guardam um nível de abertura para acolher acontecimentos ainda não institucionalizados)⁶.

Foucault chega, em suas últimas pesquisas, ao conceito de *parrésia*, palavra de origem grega cujo significado pode ser assim rapidamente definido: “dizer a verdade, independentemente do que os circundantes tomem como verdade”. Ele mostra que é um lugar enunciativo que se renovou na nossa cultura: os antigos cínicos, os profetas e os místicos de outras épocas se aproximariam de artistas, desbravadores políticos ou intelectuais da modernidade. Nesse sentido, trata-se de uma via positivada de lidar com questões em jogo no conceito de rostidade: vislumbra-se uma saída intensiva ou de fluxo (desterritorializante) não prevista pela teia institucionalizante (reterritorializante), patente na unificação que o rosto impõe à enunciação ou ao diálogo capturado pelas “arborescências” do poder. Por outro lado, visto como ato intersubjetivo aberto ao risco, o dialógico é potencialmente intenso e desterritorializante – de todos os atores do diálogo, tanto quem se arrisca na *parrésia* (e que não se deixa capturar e nem mesmo reconhece a si mesmo na forma disruptiva com que atua), quanto quem a testemunha passivamente, essa passividade sendo logo abalada assim que a irrupção da “verdade”, ou dos fluxos intensos, o atinge.

No esforço para chegar a uma descrição mais acurada do conceito, apontemos que esse “dizer a verdade” de que falava Foucault obviamente não seria um derramamento de dogmas. A fala não está pronta quando o falante que de fato se arrisca toma a palavra a partir de um impulso para falar o que ninguém gostaria de ouvir e, muitas vezes, nem ele mesmo previra tomar tal proporção específica. Apesar disso tudo, é a fala que lhe cabe proferir como intensidade não prevista. Os riscos envolvidos aí são óbvios: os desdobramentos de um “tomar a palavra” (ou “ato de fala”, para remetermos ironicamente ao conceito de Austin) como esse são incontrolláveis pelo próprio falante. A ironia ao citar o conceito de “ato de fala” está no fato de Foucault ter revalorizado o conceito de *parrésia* também para se contrapor à repercussão da obra de Austin, que concebeu o “ato de fala” como previamente inserido num campo de códigos já dado, ou seja, num domínio de discursos visto como

⁶ Cf. LAZZARATO, M. *Signos, máquinas, subjetividades*, de Maurizio Lazzarato (2014).

já mapeado e estabelecido (já pacificado e codificado). Nesse campo, típico na tradição da filosofia analítica, sentenças e frases que extrapolariam o nível apenas linguístico, tornando-se ato, já que ligadas a ações (pragmáticas), são consideradas como podendo ser enunciadas com tranquilidade estratégica, já que o campo geral das falas, dos discursos, está pré-dado e é incontestável, não sendo nem mesmo visto em sua dinâmica ou diacronia. O embate discursivo num campo como esse não passa de jogo de estratégias discursivas consagradas, ou então calculadas.

O que Foucault defende é que a *parrésia* irrompe para além das frases e das ações já codificadas, e tem o poder de as perfurar de forma inesperada – sendo incalculável até para quem enuncia essa “verdade divergente”⁷. Em linguagem corrente, não seria uma “verdade” pensada, sistematizada, raciocinada, mas uma verdade rompedora, disruptiva, descodificante de códigos conscientes ou tácitos. Félix Guattari chega a dizer que aí está o campo do pré-linguístico, de uma semiologia mais abrangente, que inclui campos pré-racionais, raivas, efusões, medos – e vemos, em momento político agitado, como tais campos ganham visibilidade e irrompem entre os campos institucionalizados, já demarcados pelos códigos consagrados, apesar de todo o resgate (em tempo real) das mídias e dos discursos (e rostidades) organizadores do campo social.

Trata-se, portanto, de uma espécie de *linguistic turn* ligado a certa perspectiva francesa (como se sabe, a obra de Bakhtin começa a ser lida fora dos círculos acadêmicos russos por conta de divulgadores baseados em Paris, como Todorov), pelo qual o discurso tenta ser reancorado no concreto do corpo e do social. É um modo de conceber a linguagem não como arcabouço abstrato plainando num inconsciente supraindividual, mas como trocas dialógicas arriscadas a engajar dimensões pré- ou assignificantes, afetivas, corporais, ligadas a pulsões próprias ou coletivas, etc.

Trata-se, a partir de certo momento, da tentativa de se extrapolar os estudos linguísticos e seus rebatimentos na teoria da literatura de modo a incluir os entornos alógicos e assignificantes da linguagem que, no entanto, a tornam possível no mundo concreto social. Deleuze e Guattari tentam finalmente pensar a enunciação não apenas em sua dimensão de ato abstrato da e para a linguagem, mas como ação no mundo (“mundo” entendido aqui não de modo essencialista, mas como escopo semiótico amplo criado e transformado para e pelas próprias práticas e ações sócio-históricas), relacionando-se com o fora-da-linguagem. Se por um lado o conceito derridiano de “escrita” extrapola a dimensão apenas linguística do texto para vê-lo como objeto que circula no tecido social causando indeterminadas e incontroláveis consequências de polissemia e de destruição dos sentidos pré-estabelecidos, depois do esforço de corporificar o enunciado com o conceito de rostidade, Deleuze e Guattari irão propor mais um conceito com vistas a sobrepor-se a uma imagem da língua (ou da língua-mãe, central e centralizadora) como instância abstrata a comandar (impor) as falas a partir do alto. Trata-se do conceito de agenciamento, que traz de volta para o plano político-pragmático as escolhas de fala, sejam feitas consciente ou inconscientemente, por

⁷ “Verdade” surge aqui, na linha de Foucault (2011) e Nietzsche, como construção discursiva precária, a cada momento – bem diverso da verdade filosófica essencialista ocidental de linha platônica.

indivíduos ou coletividades (a diferença entre essas duas últimas dimensões não vem ao caso ao tratarem desse conceito específico). Um trecho mais longo esclarece o ponto:

Os agenciamentos de discurso, para se imporem à realidade, devem se desvencilhar, de qualquer maneira, das pressões da língua considerada como sistema fechado sobre si mesmo. [...] Para conseguir se constituir, uma pragmática do inconsciente deverá, então, não somente se desvencilhar das ideologias dominantes e dos universais da psicologia, da sociologia e da psicanálise, mas, igualmente, de uma certa concepção da *unidade e da autonomia da língua* [...], do essencial das “conquistas” de Saussure. Consideramos, de nossa parte, que *não há língua em si*. O que é específico do fenômeno da linguagem é justamente que ele não remete jamais a si mesmo, que resta para sempre aberto sobre todos os outros modos de semiotização. Quando ela se fecha novamente sobre uma língua, um dialeto, um patoá, uma língua especial, um delírio, isso sempre tem a ver com certo tipo de operação política ou micropolítica. Não há nada menos lógico, menos matemático que uma língua. Sua “estrutura” resulta da petrificação de um tipo de mixórdia cujos elementos vêm de empréstimos, amálgamas, aglutinações, mal-entendidos (GUATTARI, 2011, p. 204 - grifos do autor).

Guattari conclui esse texto de 1979-80, que só perdeu seu ineditismo em 2011, tentando apontar a dificuldade ou impossibilidade da antropologia em captar as dimensões não totalizáveis da linguagem ou das ações sociais. Lembremos que, no ensaio que fecha *A escritura e a diferença*, Derrida utiliza a lei da interdição do incesto para demonstrar a um só tempo a crença dir-se-ia cega de Lévi-Strauss no estrutural como alicerce teórico (uma lei universal ancora todo o edifício daquela ciência estrutural) e sua contraditória obsessão regressiva com a busca das origens, *à la* Rousseau: a cultura se originaria a partir da vigência dessa lei. Guattari, por sua vez, escreve que “as leis da antropologia, vistas à distância do gramático ou do etnólogo, [...] parecem ter uma certa coerência, mas desde que nos aproximamos um pouco mais, tudo se embaralha” (GUATTARI, 2011, p. 204). Desde *Mil platôs*, livro lançado um ano depois desses escritos de Guattari, que, portanto, certamente serviram de rascunho aos ensaios do livro escrito a quatro mãos com Deleuze, a dupla tenta incluir outras dimensões conceituais a extrapolar o foco nas estruturas, abstratas, gramaticalizadas ou geometrizadas, tão caras a várias linguísticas desde o início do século, ou seja, desde Saussure, chegando a Chomsky.

Tratava-se de criar conceitos que incluíssem âmbitos mais concretos e contingentes das trocas sociais. Lembremos de outro desses conceitos, que cruza com o de agenciamento: o de máquina abstrata, em que se encaixa a própria língua como emanadora abstrata e unificada da possibilidade de produção de sentido. As máquinas abstratas sempre capitalizariam e “arborizariam” (hierarquizam) a partir de resultados locais, plurívocos e não programados das práticas concretas entre indivíduos no risco do singular e do contingente (dialógico). Trata-se, portanto, de uma organização supraexperencial que nascera como prática arriscada e imprevisível a partir das pontas ainda não centralizadas da sociedade, esta última vista não como uma totalidade que incorpora “o novo” que “brota da periferia” (note-se como esse tipo de frase é comum nos dias de hoje), mas, em sentido inverso, como uma multiplicidade de multiplicidades que tem seus devires (sempre precários, já que mutáveis) decididos,

enquanto pluralidade potencialmente viva (intensa e autotransformadora), a partir de microexperimentos não centralizáveis, a se expandir a partir de vários pontos ao mesmo tempo, sem eixo, hierarquização ou totalização finais. Nesse cenário múltiplo e mutante, a prática do escritor poderia (ou deveria) apontar exatamente para esse ponto do ainda não capturado pela máquina abstrata centrípeta e centralizadora.

É, antes, cada dialeto que se encontra afetado por uma zona de transição e de variação, ou melhor, é cada língua menor que se encontra afetada por uma zona de variação propriamente dialetal. [...] Não há dúvida de que, no império austríaco, o tcheco é língua menor em relação ao alemão; mas o alemão de Praga já funciona como língua potencialmente menor em relação ao de Viena ou de Berlim; e Kafka, judeu tcheco escrevendo em alemão, faz o alemão sofrer um tratamento criador de língua menor, construindo um *continuum* de variação, negociando todas as variáveis para, ao mesmo tempo, restringir as constantes e estender as variações: fazer gaguejar a língua, ou fazê-la “piar”..., armar tensores em toda a língua, mesmo a escrita, extrair daí gritos, clamores, alturas, durações, timbres, acentos, intensidades (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 50).

Nota-se o interesse do filósofo e do psicanalista franceses na possibilidade de abertura, de “um vazio”, de “uma elipse que faz com que se contorne uma constante sem se engajar nela, ou que se a aborde por baixo ou por cima sem nela se instalar” (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 50). Ou seja, trata-se de tentar flagrar a intensidade que subjaz a qualquer diagramação que a língua impõe como auto-organização enquanto máquina abstrata, ou seja, enquanto arquitetura supostamente totalizável (suas totalizações sendo, na verdade, apenas temporais e precárias). O plano do risco do dialógico se deixa flagrar como dimensão concreta do aqui-agora da fala, da escrita ou ainda da leitura, em que dimensões não calculáveis, não hierarquizáveis, não capturáveis por máquinas abstratas de ação hegemônica na cultura em determinado momento podem atuar abrindo brechas ou escapes inesperados nas estruturas territorializantes, sem dúvida eficazes e controladoras, mesmo a partir de seu nível sub-reptício e abstrato. Essas brechas impedem que se veja o texto (incluindo o literário) como uma hierarquia de valores ou sentidos que a cultura que se quer unificada tenta impor, propagar e controlar. Há aí um descanso ou um deslize dessa hierarquia, o que abre a chance de outros valores e sentidos não previstos.

O combate aos estruturalismos dos anos 1950-70 mostra, então, afinal, sua face saudável, diferencial e aberta a intensidades transformadoras: o leitor poderá experimentar o texto como abertura de caminhos insuspeitos para si e para o mundo que ele o tempo todo semiotiza no cruzamento entre o imposto e o singularizado.

Considerações finais

Os embates teóricos que focalizamos desembocam num questionamento amplo e agudo – impossível sem a emergência dos estruturalismos como momento da teoria – tanto da posição e dos supostos poderes do leitor e do próprio crítico-teórico, quanto, de forma ainda

mais abrangente, da própria ambição ocidental de controle sobre a produção de sentido a partir do texto literário (para ficarmos no campo da literatura). Todo esse encaminhamento favorecerá o surgimento de visões que a um só tempo criticam e expandem o modo como aqueles estruturalismos definiam o processo de produção de sentido. Não é o caso de recenseá-las aqui, mas apenas de indicar dois caminhos que a nosso ver se mostram frutíferos. Um deles é do próprio Deleuze que, já a partir de seu *Proust e os signos* (1964), propõe um caminho que vê na violência e no inesperado do encontro com (ou mesmo do acolhimento passivo e afetado de) signos um modo de começar a sair do modo estruturalista de lidar com o processo de produção do sentido. Em vez de um eco auto-organizador de estruturas do inconsciente do texto⁸, a leitura e a interpretação surgem como um emprenhamento passivo pelo signo (afetação) e posterior esforço (assistemático e não apenas inconsciente) de resposta problemática e ela também incalculável (ou seja, nem afetivamente neutra, nem reestruturante) àquela violência inicial do signo. Para Deleuze, esse processo posto em movimento pela arte serve para contestar todo o edifício da representação, que sempre apequenara a própria filosofia. “A obra de arte abandona o domínio da representação para se tornar ‘experiência’, empirismo transcendental ou ciência do sensível”, escreve Deleuze em *Diferença e repetição* (apud SAUVAGNARGUES, 2009, p. 48). Vê-se que o esforço, aqui, é o de captar a produção de sentido em seu nível empírico, corporal e até, no limite, dir-se-ia etológico: o leitor (e o crítico que se liberta da arrogância estruturalista e representacional...) reage ao choque inesperado diante do signo e, em vez de se reestruturar a partir de uma impossível impassividade (dir-se-ia de matriz kantiana), é obrigado a reagir de alguma forma problematizada àquele choque inicial. Deleuze tornará essa trilha mais aguda nos anos 1980 e até seu *O que é a filosofia?*, de 1994, escrito com Guattari.

No novo cenário dessas décadas, por outra via, Hans U. Gumbrecht vai, ele também, reagir a seu modo ao ocaso dos estruturalismos, propondo um modo de saída do par sujeito/objeto. Apenas pincelando sua proposta, digamos que o resgate do debate fenomenológico, a partir de Husserl e com a divergência de Heidegger, lhe serve para mostrar um esgotamento da própria teoria em sua antiga ambição de controlar o conhecimento sobre o processo de produção de sentido. No limite, Gumbrecht chega a propor que a ampla crise civilizacional – que repercute no campo do conhecimento como questionamento da própria divisão sujeito/objeto, a partir da fenomenologia de Husserl – leva à crise específica da apreensão do mundo por meio de conceitos. Eis uma sintonia possível com o diagnóstico de Deleuze de uma crise geral da representação – a sistemática dos conceitos constitui o modo filosófico de representação, o qual vem sendo abandonado (como se sabe, Deleuze proporrá a invenção de conceitos como forma de acabar com o vício da mera sistematização de conceitos). Deixemos apenas indicado que esse questionamento amplo de Gumbrecht o leva a notar que o nível da percepção (queremos crer que isso tem a ver com o que Deleuze e Guattari chamam de “semiótica” ou “regime de signos”), que inclui a presença corporal, ganha uma

⁸ Ou seja, as estruturas inconscientes do texto ressoando ou ecoando nas estruturas inconscientes do leitor (e do crítico) no sentido de finalmente organizar, ou seja, reestruturar a leitura – isso tudo sem que o leitor o perceba completamente, mas tendo no crítico alguém com a capacidade e o poder de ver e descrever tal reestruturação.

nova proeminência em relação ao que, em vários séculos passados, foi a centralidade da “apropriação do mundo pelos conceitos” (GUMBRECHT, 2010, p. 62). Eis algo que parece a um só tempo um diagnóstico e um projeto, uma vez percebido, sentido, no campo teórico, o ocaso dos estruturalismos.

SILVA, A. L. B. The Sunset of Structuralisms and the Contemporary Moment – Rearrangements of the Theoretical Domain of Literature. **Olho d’água**, São José do Rio Preto, v. 10, n. 1, p. 108-120, 2018. ISSN 2177-3807.

Referências

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia*. v. 2. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2002.

DERRIDA, J. *L’écriture et la différence*. Paris: Éditions du Seuil, 1967.

GUATTARI, F. *Lignes de fuite – Pour une autre monde de possibles*. Paris: Éditions de l’Aube, 2011.

GUMBRECHT, H. U. *Produção de presença*. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2010.

LAZZARATO, M. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

SAUVAGNARGUES, A. *Deleuze – L’empirisme transcendantal*. Paris: PUF, 2009.

Recebido em: 03 mar. 2018

Aceito em: 09 mai. 2018